

Informalidade do mercado de trabalho dá sinais de arrefecimento

Queda de postos formais está perdendo força e tendência é que geração de vagas avance ao longo de 2019, de modo a diminuir o número daqueles brasileiros que atuam por conta própria

DA REDAÇÃO • SÃO PAULO

Já há sinais de arrefecimento da informalidade no mercado de trabalho. A expectativa é que o País interrompa, no final deste ano, o ciclo de perda de postos com carteira assinada na comparação anual.

Diante da perspectiva de crescimento da formalização em 2019, uma parte das pessoas que está atuando de forma autônoma deverá voltar para a posição de empregado com carteira, pressionando a queda dos trabalhadores por conta própria. “Ao menos é isso que a observação do passado nos sugere”, afirma o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), Bruno Ottoni. Ele pondera que a reforma trabalhista coloca um ponto de interrogação nessa expectativa.

De qualquer forma, Ottoni menciona que o ritmo de queda dos postos formais está diminuindo na comparação anual, entre os trimestres móveis. No trimestre encerrado fevereiro, houve retração de 1,8% no emprego celetista, variação que se deslocou para um recuo de 1,5% entre março e maio, chegando a uma queda de 1,3% no trimestre finalizado em agosto, para 32,8 milhões de postos, mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na última sexta-feira. “A variação negativa do emprego formal está se aproximando de zero. A tendência é que, no ano contra ano [interanual], o número de postos com carteira se estabilize ao final de 2018 e passe a crescer em 2019”, reforça Ottoni. “Já é possível ver uma luz no fim do túnel”, destaca.

Essa perspectiva de estabilização até o final do ano é balizada pela projeção do mercado de crescimento de 1,35% do Produto Interno Bruto (PIB). Ottoni avalia que não deve haver grandes mudanças nessa previsão, tendo em vista que o mercado está oscilando pouco diante do possível segundo turno sendo desenhado. Outros dados do IBGE mostram que, na margem, a ocupação formal já cresce. O País gerou 193 mil vagas com carteira assinada entre junho e agosto, ante trimestre encerrado em maio (+0,6%). Porém, 435 mil

INFORME

peças entraram para a informalidade em um ano. Os postos de trabalho sem registro em carteira cresceram 4% no trimestre encerrado em agosto de 2018, ante igual período de 2017.

Contudo, a professora de economia da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), Juliana Inhasz, avalia que a informalidade começará a cair assim que as taxas de crescimento das vagas formais passarem a ser positivas, movimento que ela também prevê que ocorra em 2019. No entanto, Juliana acredita que uma recuperação mais significativa do emprego formal ocorrerá mais ao final do próximo ano ou em 2020. Isso porque no primeiro semestre de 2019, os novos ministérios, Congresso e Senado ainda estarão definindo os rumos das políticas públicas.

Conta própria

A expectativa de aumento da formalização também deve reduzir o número de trabalhadores por conta própria. No trimestre encerrado em agosto, a quantidade de autônomos subiu 1,9%, a 23,2 milhões de pessoas, na comparação anual. Contra o trimestre finalizado em maio, a alta foi de 1,5%. “Geralmente, quando surgem mais oportunidades de emprego, especialmente com carteira assinada, quem estava fazendo bico ou trabalhando por conta própria, retorna ao mercado formal”, diz Juliana. “Isso porque no Brasil, muitas vezes, sai muito caro para um pequeno empresário formalizar seu negócio. Então, quando abre vaga em uma empresa, ele repensa a sua estratégia de empreendedorismo e vê que compensa mais aceitar um salário como empregado”, ressalta a especialista.

Porém, Ottoni lembra que a reforma trabalhista pode mudar a tendência de queda dos conta própria. “Houve mudanças expressivas na legislação. A ‘pejotização’ já é uma realidade. Portanto o futuro pode ser diferente do passado.” Dados apontam que houve uma maior formalização entre os autônomos. O número de trabalhadores por conta própria com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) aumentou 7,9% no trimestre encerrado em agosto, para 4,5 milhões, contra igual período de 2017. Em relação ao trimestre encerrado em maio, houve alta de 4%. Contudo a quantidade de trabalhadores sem CNPJ segue maior, alcançando 18,7 milhões, uma expansão anual de 0,6% e de 0,9% na margem.

Ottoni afirma que informações mais específicas do IBGE apontam que está maior formalização está sendo puxada por pessoas que possuem educação superior e que tinham salários relativamente bons enquanto estavam empregados. Por terem esse status, essas pessoas estão abrindo negócios mais estruturados.

(Fonte: DCI – 01/10/2018)

Retomada lenta do mercado de trabalho

O recuo apontado pelo IBGE não é desprezível, mas mostra que a qualidade do emprego deixa a desejar

O Estado de S.Paulo

A taxa de desemprego de 12,1% no trimestre junho/agosto registrou queda em relação à de 12,7% do trimestre março/maio e à de 12,6% de igual período do ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recuo não é desprezível, pois significa que cerca de meio milhão de pessoas saíram da desocupação. Mas a qualidade do emprego deixa a desejar e é elevado o número de pessoas subutilizadas (27,5 milhões ou 24,4% da força de trabalho).

O avanço dos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua relativos ao trimestre terminado em agosto foi constatado por consultorias privadas. “Tem ocorrido melhora gradual do mercado de trabalho, em sintonia com a retomada da economia, que está numa velocidade menor que a imaginada”, notou a economista Thaís Zara, da Rosenberg.

Mas há, desde abril, uma desaceleração no ritmo de queda do desemprego. Além disso, o emprego com carteira assinada, que alcança 33 milhões de pessoas, ficou estável entre os trimestres terminados em maio e em agosto e mostrou diminuição de 1,3% na comparação com o trimestre junho/agosto de 2017.

Os maiores crescimentos da oferta de emprego têm vindo da categoria dos trabalhadores por conta própria, formada por 23,3 milhões de pessoas e que cresceu 1,5% entre os últimos trimestres, e do grupo dos empregados no setor público, constituído por 11,7 milhões de pessoas e que avançou 2% na mesma base de comparação. A categoria de trabalhadores domésticos, com 6,3 milhões de pessoas, também mostrou alta (+2,7% sobre o trimestre anterior), mas o indicador tem menor expressão por causa do alto nível de informalidade.

Na avaliação dos técnicos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a melhora do mercado de trabalho está “muito aquém do desejável”. Por exemplo, o rendimento médio real tem evoluído em ritmo inferior ao do ano passado, pois há pouco espaço para negociar aumentos salariais.

INFORME

A recuperação lenta do mercado de trabalho e dos rendimentos reais tolhe uma retomada mais forte da economia. Para aumentar o consumo, os empregados têm poucas alternativas além de se endividar, mas os níveis de juros, embora cadentes, ainda são muito elevados.

Europeus analisam transporte gratuito

Na França, 38 municípios adotaram medida – e Paris estuda agora como implementá-la; projetos-piloto estão em curso em 12 países

Andrei Netto, O Estado de S.Paulo

PARIS - Em diferentes cidades da Europa, prefeituras e administrações regionais estão estudando neste momento – e a sério – uma hipótese até há pouco considerada impensável: a gratuidade do transporte coletivo. A exemplo do que ocorre em 38 cidades francesas, um projeto vem sendo analisado na capital, Paris, para abolir as catracas de metrô e ônibus, ao mesmo tempo em que a administração busca fórmulas para compensar as perdas financeiras com a gratuidade de diferentes modais.

Na França, as cidades que já adotaram a gratuidade têm em comum o porte médio – para os padrões locais. São municípios de menos de 100 mil habitantes, com exceção de três dentre eles: Dunkerque, o mais célebre, na fronteira com a Bélgica, Aubagne e Niort. Em Dunkerque, a experiência deu certo, e os coletivos são gratuitos. O objetivo da prefeitura é claro: reduzir a presença de automóveis nas ruas e, com isso, a poluição e os custos correlatos em saúde pública.

A iniciativa também vem sendo cada vez mais observada de forma atenta por prefeitos e ministros dos Transportes em outros países. Projetos-piloto também existem em Estônia, República Checa, Reino Unido, Suécia, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Islândia, Polônia e Romênia.

O desafio, no caso de Paris e de outras cidades de maior porte, como Clermont-Ferrand, é encontrar uma compensação para o valor que se deixa de arrecadar. Para a prefeitura parisiense, o valor em questão é de € 2,8 bilhões/ano (o equivalente a R\$ 10,7 bilhões) embolsados com vendas de passagens, que representam cerca de 30% do custo total do sistema.

O problema é que pode ser apenas o início da fatura, que poderia chegar a € 6 bilhões (R\$ 27,9 bilhões) em razão do aumento do número de passageiros. O fluxo maior obrigaria a aumentar a frequência dos metrô, logo implicando custos trabalhistas elevados.

INFORME

Em Paris, o aumento da demanda é assunto sensível, pois parte da rede já enfrenta a saturação em horários de pico, tornando a capacidade de absorção de um fluxo adicional de passageiros limitada. Em Aubagne, o fluxo de passageiros triplicou desde o início da gratuidade. Além disso, as experiências realizadas em cidades de menor dimensão indicam um aumento de riscos de vandalismo e destruição do patrimônio, segundo Yves Crozet, economista especializado em Transporte.

Para arcar com os custos, uma das alternativas seria a adoção de um pedágio urbano, como o já existente em Londres.

Hipóteses. Apesar das adversidades, o tema vem sendo estudado a pedido da prefeita de Paris, Anne Hidalgo. Entre as hipóteses estão a gratuidade total, a liberação de catracas durante o dia, a exclusão de turistas, que teriam de seguir pagando, ou ainda a liberação de pagamento por critérios sociais de renda.

Para determinar o modelo e o impacto financeiro, um grupo multidisciplinar de pesquisadores, sob o comando do Laboratório Interdisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas (Liepp), do Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po), recebeu em março passado a incumbência de examinar pistas de financiamento alternativo. “É preciso avaliar se existe um modelo econômico viável”, ponderou Anne Hidalgo, deixando claro que não se compromete com a medida se não houver compensações ao erário. “Até aqui, nada nos diz que seja possível.”

Precarização do emprego, fantasia e realidade

Se desconhecer a 4.ª Revolução Industrial, o Brasil será dizimado pelo desemprego

**Almir Pazzianotto Pinto, O Estado de S.Paulo*

Operários e máquinas jamais mantiveram boas relações de amizade. A 1.ª Revolução Industrial (1780-1914), deflagrada com utilização de novas ferramentas e equipamentos, resultou na possibilidade de um só operário substituir dezenas ou centenas, condenados ao desemprego. Nas palavras do historiador W. O. Henderson, “as máquinas britânicas que mais impressionaram os contemporâneos foram as que estimularam a expansão da indústria algodoeira.

Em 1840, uma fábrica de algodão, empregando 750 operários e usando uma máquina a vapor de 100 hp, podia fazer trabalhar 50 mil fusos e produzir tanto fio quanto 200 mil

INFORME

operários que usassem fiandeiras manuais. Uma máquina de estampar tecido de algodão, dirigida por um único homem, podia produzir tantos metros de estampado por hora quanto 200 homens produziam imprimindo à mão” (W.O. Henderson, A Revolução Industrial, Ed. Verbo-USP, 1979).

A Revolução Industrial enriqueceu os empresários pioneiros na utilização das novas tecnologias e provocou o nascimento da classe operária. Homens, mulheres e crianças foram arrebanhados da zona rural para trabalhar em oficinas insalubres, mediante o pagamento de míseros salários.

A violência organizada contra as máquinas surgiu com o movimento ludista, cujo auge foi alcançado na Inglaterra entre 1811 e 1812. Liderado por produtores artesanais de meias do condado de Nottingham, exigiu o retorno aos métodos manuais de fabricação, pois a utilização de máquinas aumentava a produção e diminuía a renda, “tornando mais dura a vida dos operários”. “Quebram centenas de ferramentas, saqueiam as residências dos mestres, alcançam as regiões vizinhas.

necessária uma intervenção militar para restabelecer a ordem”, escreveu o historiador Jean-Pierre Rioux em A Revolução Industrial (Pioneira Editora, 1975). As batalhas travadas pelos trabalhadores contra a máquina eram violentas, sangrentas, cruéis, amplamente dispersivas e, naturalmente, não alcançaram sucesso, registrou Jürgen Kuczynski no livro Evolução da Classe Operária (Ed. Guadarrama, Madri, 1967, tradução livre).

A concentração de trabalhadores nas fábricas provocou o nascimento de cooperativas de ajuda mútua, de associações humanitárias e de aguerridos sindicatos. O Manifesto Comunista, de Marx e Engels, cuja primeira edição se publicou na Inglaterra em 1848, expressou a situação do proletariado europeu no século 19 e passou a ser utilizado como a bíblia dos revolucionários.

Os parágrafos iniciais preparam o espírito para a leitura das últimas linhas: “Que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder, a não ser as suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!”. Para felicidade geral, a profecia de Engel e Marx não se concretizou. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em 1922 por Lenin, após a vitória da revolução comunista de 1917, foi derrubada em 1991 pelo povo, exausto de corrupção e atraso.

A revolução industrial brasileira ganhou impulso na década de 1950, com um século de atraso. Teve como ponto de partida o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) 6

INFORME

celebra o 16 de junho de 1956 como data do nascimento da indústria automobilística por ser o dia da assinatura do Decreto n.º 39.412, que criou o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia). Já no ano seguinte, em 1957, foram produzidos 30.542 veículos, com a participação direta de 9.773 empregados.

Cada trabalhador respondeu pela produção de 3,1 veículos. A partir daí, registrou-se contínuo crescimento na contratação de trabalhadores e no volume de veículos lançados no mercado. Dez anos depois, em 1967, o número de empregados havia saltado para 48.535 e o de veículos para 225.487, respondendo cada trabalhador pela produção de 4,6 unidades. Em 2017, quando a indústria automotiva completou 50 anos de vida em solo brasileiro, foram produzidos 2.699.167 veículos por 126.929 trabalhadores, à razão de 21,3 veículos por empregado. Os dados estão no Anuário 2018, divulgado pela Anfavea.

Confirma-se, no século 21, o fenômeno registrado nos primórdios da primeira Revolução Industrial. A tecnologia influi na economia, modifica o perfil do mercado de trabalho, beneficia o homem, mas desemprega. Em 2017, se a produtividade houvesse permanecido no patamar registrado em 1957, teria sido necessário número muito maior de trabalhadores para a produção dos mesmos 2,6 milhões de veículos. Faltaria espaço para abrigar equipamentos, os custos elevariam os preços à estratosfera e a competitividade do produto nacional seria reduzida a zero.

Ensinam economistas que a mão de obra é forte componente dos custos dos produtos. No mundo globalizado e dominado pela concorrência, torna-se imperativa a permanente utilização dos recursos oferecidos pelas novas tecnologias. Tecnologia, descentralização e terceirização não debilitam, embora modifiquem o mercado de trabalho. A fragilidade do emprego surge da carência de investimentos, provocada pela insegurança jurídica e pela falta de aptidão e coragem para assumir os desafios da modernização. “O futuro não pode ser a conservação do passado”, escreveu Eric Hobsbawn.

Profissões e ofícios são devorados pela informatização. Grandes escritórios incorporam a tecnologia da informação para executar tarefas de advogados. Drones coletam e transmitem informações. Colhedeiças, tratores e caminhões operam sem motoristas. O smartphone assume as funções do caixa em supermercados. O terminal eletrônico substitui a agência bancária. O robô monta e pinta automóveis. Não há como fugir. Se desconhecer a 4.ª Revolução Industrial, o Brasil será dizimado pelo desemprego.

***ADVOGADO, FOI MINISTRO DO TRABALHO E PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

(Fonte: Estado de SP – 01/10/2018)

FOLHA DE S.PAULO

Multa contra trabalho escravo ajuda centro para imigrantes

Acordos com empresas suspeitas de empregar de forma degradante financiam centro de cidadania e cursos em SP

Filipe Oliveira - SÃO PAULO

Cerca de R\$ 8 milhões arrecadados pelo Ministério Público do Trabalho em acordos com empresas suspeitas de usar trabalho análogo à escravidão, na maioria das vezes feito por imigrantes, foram destinados a projeto que têm como objetivo impedir que a situação se repita.

Para isso, o CIC (Centro de Integração da Cidadania) do Imigrante fornece apoio para conseguir trabalho, capacitação e obtenção de documentos para estrangeiros que estão em São Paulo em situação de vulnerabilidade.

São casos como o do venezuelano Jesus Cifontes, 46, que está no Brasil há sete meses, após andar cinco dias a pé para chegar a Boa Vista, capital de Roraima, fugindo do caos econômico de seu país.

Ele se diz preocupado por não ter conseguido um trabalho em São Paulo, onde está há dois meses. Precisa de dinheiro para ajudar quatro filhos que ficaram na Venezuela.

Professor de educação física e chef de cozinha, Cifontes participou de curso de panificação artesanal no espaço de apoio aos imigrantes.

Segundo ele, mesmo já tendo experiência com gastronomia, conheceu no curso novos tipos de recheio e frutas usadas na culinária brasileira, o que acha que pode ajudar. “Não consegui trabalho ainda, é muito difícil. Mas vou continuar procurando. Se conseguir algo relacionado ao que aprendi, vai ser bom.”

O CIC do Imigrante foi aberto em 2014 na rua Barra Funda, perto do terminal de ônibus e metrô que leva o mesmo nome e por onde muitos estrangeiros chegam à cidade. É administrado pela Secretaria da Justiça do estado.

Cursos como o de panificação passaram a ser oferecidos neste mês, quando houve uma ampliação das atividades. Também chegaram cursos gratuitos de corte e costura, modelagem e construção, fornecidos pelo Fussesp (Fundo Social de Solidariedade do

INFORME

Estado de São Paulo) e atendimento de instituições como Banco do Povo e Acessa SP (para uso de internet).

Já havia curso de português e unidades do PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador), do Procon e da Defensoria Pública no local.

O procurador do trabalho Luiz Carlos Michele Fabre, um dos idealizadores do projeto, diz que o apoio para que o imigrante tenha orientações adequadas e consiga documentos brasileiros deixa ele menos vulnerável à informalidade e ao trabalho em condição análoga à escravidão.

“Antes, não havia uma referência de onde o imigrante deveria ir para regularizar sua situação, o que era agravado pela dificuldade que eles têm com a língua portuguesa”, diz. Segundo Fabre, além das razões humanitárias, evitar a exploração da mão de obra estrangeira é uma forma de manter justiça na concorrência entre as empresas.

Desde sua inauguração, o CIC do Imigrante, que tem 920 metros quadrados divididos em três blocos, atendeu 20 mil pessoas, diz Silvana Paula Pereira, sua coordenadora.

A maior demanda é de haitianos. Porém é possível notar uma procura maior por venezuelanos neste ano, diz. Um dos grandes desafios dos imigrantes é conseguir trabalho no Brasil, o que foi agravado pela crise financeira.

Thais Lima, supervisora do PAT do CIC do Imigrante, que faz encaminhamentos para vagas de emprego, diz que é frequente o atendimento a profissionais com formação superior, como médicos, advogados e engenheiros.

Porém, quando estão no Brasil, eles costumam buscar primeiro postos em áreas que exigem menos qualificação, como limpeza, vendas ou restaurantes por não terem conseguido revalidar o diploma. São feitos no PAT entre 150 e 200 atendimentos por mês.

Lima conta que também dá orientações sobre o mercado de trabalho no Brasil e solicitação de seguro desemprego.

Para a sul-africana Tebogo Patricia Monare, 38, o que aprende no curso que faz, de corte e costura, pode levar a oportunidades de trabalho e, depois, de empreender.

Desempregada há dez meses, ela já trabalhou como cuidadora de idosos e auxiliar-geral.

Para o futuro, diz querer costurar turbantes e vestidos inspirados na moda africana. “Vai ser bom para mim trabalhar na área primeiro e, quando tiver prática, abrir algo meu”, diz.

INFORME

Restam 3 meses para aposentadoria vantajosa

A partir de 31 de dezembro, com mudança da regra 85/95, fica mais difícil conseguir benefício integral da Previdência

Clayton Castelani - SÃO PAULO

Os segurados do INSS têm a partir de hoje exatos três meses para pedir a aposentadoria por tempo de contribuição com a soma 85/95, evitando, assim, o desconto do fator previdenciário.

Em 31 de dezembro, uma mudança na regra tornará mais difícil o acesso ao benefício integral e, considerando os planos do atual governo e da maioria dos candidatos ao Planalto, o cálculo vantajoso aos aposentados poderá deixar de existir em 2019.

Até 30 de dezembro, recebe o benefício integral o trabalhador cuja soma da idade ao tempo de contribuição resulta em 85, se mulher, e em 95, se homem. Após essa data, a soma exigida sobe um ponto para ambos: a regra passa a ser 86/96.

A alteração prevista em lei também estabelece uma progressão para esse cálculo: a soma exigida avança um ponto a cada dois anos. Em 31 de dezembro de 2026, a regra estacionará em 90, para mulheres, e 100, para homens. A progressão do 85/95 não deverá chegar tão longe.

Na semana passada, o presidente Michel Temer disse, durante a Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, que pretende desengavetar a reforma da Previdência após as eleições.

A proposta de Temer acaba com o 85/95 e reforma estabelece uma idade mínima para aposentadoria. A manutenção do 85/95 também não está entre as propostas dos principais presidencialistas.

Esse cenário indica que as chances de ser beneficiado pelo cálculo são maiores para aqueles que cumprirem os requisitos ainda neste ano.

Trabalhadores próximos de alcançar a pontuação devem ficar atentos a detalhes importantes da regra, como a possibilidade de usar na soma meses de contribuição e de idade, e não apenas anos completos.

Outra possibilidade é o aproveitamento do tempo especial por trabalho insalubre que, na maioria dos casos, aumenta o período contribuído em 20%, se mulher, e em 40%, se homem.

Demissões por acordo ganham espaço e superam 100 mil

Nova modalidade de desligamento foi criada na reforma trabalhista de 2017

Cris Gercina - SÃO PAULO

Desde que a reforma trabalhista formalizou as demissões por acordo, em novembro do ano passado, 109.508 desligamentos por esse modelo já foram realizados no país, segundo o Ministério do Trabalho.

A chamada demissão por acordo —que ocorre quando tanto patrão quanto empregado querem o desligamento— tem regras específicas para serem validadas.

De acordo com os dados do ministério, aos poucos, está ocorrendo um aumento no número de demissões por acordo. Quando a reforma começou a valer, em novembro de 2017, foram registrados 855 desligamentos do tipo. Em agosto, o total chegou a 15.010 — 17 vezes mais do que em novembro.

Segundo a nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o empregado que pedir demissão nesses termos recebe metade das verbas trabalhistas a que tem direito. Isso significa que ele terá 50% do valor referente ao aviso-prévio, bem como 50% da multa do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

No caso do fundo, a multa paga pelo patrão é de 40%, por isso, o empregado recebe 20%. Além disso, o trabalhador também poderá sacar 80% dos recursos que estiverem depositados na conta de seu FGTS.

Luciana Nunes Freire, professora de Direito do Trabalho do IDP-São Paulo (Instituto Brasiliense de Direito Público), explica que há uma confusão sobre os procedimentos em relação ao saque do Fundo de Garantia. “As pessoas pensam que perdem os outros 20%, mas não é verdade. O dinheiro continua na conta, recebendo as correções. Em uma próxima oportunidade, ele poderá retirá-lo”, afirma.

Entretanto, nesse caso, o empregado não terá direito ao seguro-desemprego. O governo tem o entendimento de que, se o desligamento foi consensual, o trabalhador não foi pego de surpresa.

O advogado trabalhista Alan Balaban afirma que nenhuma das partes é obrigada a aceitar o acordo. “Ambos precisam ver vantagem”, diz. Para ele, a medida é vantajosa para o patrão, pois evita que funcionários que querem a demissão trabalhem sem motivação.

INFORME

No caso dos trabalhadores, o acordo pode ser vantajoso em um momento em que ele planeja deixar a empresa. Para pedi-lo, é preciso ir ao setor de Recursos Humanos da empresa e informar que quer fazer o acordo. No contrato de rescisão, deverá estar escrito “demissão consensual”

O que leva quem negocia a demissão

50% do aviso-prévio e da multa do saldo do FGTS é quanto o trabalhador têm direito em caso de acordo

20% é a parcela que o trabalhador recebe a título de multa nesse tipo de demissão

109.508 desligamentos consensuais foram fechados entre os patrões e os empregados desde que a nova CLT entrou em vigor em novembro do ano passado

Pequenos negócios devem criar até 600 mil vagas em 2018

De acordo com o estudo, os números foram puxados pelos pequenos negócios do setor de serviços

Os pequenos negócios brasileiros devem fechar 2018 com um saldo de empregos gerados entre 550 mil e 600 mil, o maior número dos últimos três anos, segundo estudo do Sebrae com informações do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em agosto, as micro e pequenas empresas criaram 70,8 mil vagas --64% do total de postos com carteira assinada preenchidos no país. É o oitavo mês consecutivo em que os menores negócios lideram a geração de empregos no Brasil. Já as médias e grandes empresas foram responsáveis por 39,2 mil novas vagas em agosto. Em comparação com o mesmo mês no ano passado, o total de empregos criados é 50% maior. De acordo com o estudo, os números foram puxados pelos pequenos negócios do setor de serviços, que criaram 44,2 mil vagas em agosto.

As empresas que atuam no ramo imobiliário foram destaque, seguidas pelas de ensino. Depois de serviços, os setores que mais contrataram no período foram comércio e construção civil, com 15,4 mil e 12,5 mil novas vagas criadas respectivamente. Entre as regiões do país, a que mais empregou foi a Sudeste, liderada por São Paulo. O Nordeste ficou na segunda colocação.

(Fonte: FOLHA de SP – 01/10/2018)